

CAPÍTULO GERAL DA ORDEM FRANCISCANA SECULAR

De 15 a 22 novembro de 2008

PERTENÇA A OFS
Emanuela De Nunzio, OFS

Introdução: Crises do sentido de pertença na realidade pós moderna

1. Quadro geral – Zygmund Bauman, um dos maiores sociólogos do século passado, compara o mundo atual com “o estado líquido” de um corpo, que se transformou em “estado sólido, e que isso caracterizou os séculos passados. No “mundo líquido” não se vive mais a cultura da aprendizagem, da acumulação, mas sim da falta de compromisso e a descontinuidade. Na modernidade “líquida” faltam cada vez mais, aquelas certezas que as estruturas sólidas davam, como: o Estado nacional, as instituições, a família, o trabalho. Não há nada fixo, garantido, tudo se modifica com incrível facilidade, começando pelos bens de consumo. As relações inter-pessoais também são mais superficiais e já não existe a vontade, como em outros tempos, de manter estáveis as relações amorosas e a amizade, porque o indivíduo tem medo do futuro, já não se sente inclinado a realizar projetos a longo prazo, e portanto tudo o que faz se encaminha para satisfazer exclusivamente seu bem estar passageiro.

Diante da incerteza e do risco, a reação das pessoas é a busca do imediato, da satisfação *hic et nunc*. A atual sociedade de consumo mantém aceso o desejo de possuir mais, criando artificialmente novas necessidades, e se esforça para dar a cada um a impressão que pode escolher e comprar o que quiser. Na esfera da vida pessoal, se difunde uma mentalidade pela qual cada um se considera dono absoluto de suas decisões e aceita cada vez menos as orientações tradicionais, incluindo às vezes os mesmos princípios éticos mais elementares. A busca da felicidade, da realização pessoal e da satisfação do indivíduo (aspirações que são legítimas) tomadas como critério absoluto de conduta tem graves consequências negativas sobre as relações sociais. Ninguém quer prender-se a nada nem a ninguém. Sobretudo, ninguém pertence a nada de maneira definitiva. As relações inter-pessoais junto com as instituições tornaram-se frágeis e facilmente deixadas de lado.

Um quadro bastante completo e eficaz da atual situação foi traçado pelo Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores, Frei José Carballo, durante o Capítulo das esteiras dos jovens frades menores em 30 de junho de 2007: *“São muitos em nossos dias, particularmente entre as novas gerações, mais sensíveis à realidade que nos chega, mais acolhedoras do pluralismo e a complexidade e, por isso, mais vulnerável, que se deixam dominar pela ditadura do relativismo, segundo a qual tudo se releva sob as exigências da emoção e da provisoriedade, uma ditadura, a do relativismo, que acrescenta o sentimento de incerteza, insegurança e instabilidade, no qual tudo se desconfia e tudo é negociável, nada é sagrado, não existe nada seguro, nada a preservar. São muitas as vítimas da dúvida sistemática, que leva a refugiar-se no cotidiano e no mundo da emoção. Muitos são seduzidos pela cultura do imediatismo, que leva a não assumir compromissos de longa duração, a passar de uma experiência a outra, sem aprofundar em nenhuma; pela cultura light, que não deixa espaço para a utopia, ao sacrifício e a renúncia; e pela cultura do subjetivismo, segundo a qual o indivíduo é a medida de tudo, e tudo é visto e valorizado em função de si mesmo e, da própria realização. Esta mentalidade pós-moderna gera, especialmente nas novas gerações, uma personalidade mais complexa e menos definida, que se torna mais difícil poder entender o que por si já é difícil: as exigências radicais do seguimento de Cristo”*.

2. Pertença à Família – Antes de tudo, vamos refletir sobre o que poderíamos chamar *identidade familiar*. O tema é complexo. Na mesma definição de matrimônio, um homem escolhe uma mulher como companheira de vida e de destino. Uma mulher escolhe um determinado homem como esposo e companheiro. Ambos realizam um projeto de vida. Um pertence ao outro. Desejam viver juntos o tempo da vida, um tempo não provisório, mas sim, caracterizado “para sempre”, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, no respeito recíproco e na delicada acolhida do outro em todo momento. Somente

sobre estes pressupostos é possível organizar a vida de maneira que os filhos possam chegar a viver na estabilidade de uma casa, de um lar, de uma família.

A família que constitui o maior recurso para a pessoa e para a sociedade em âmbito de generosidade, de acolhida incondicional, de solidariedade nas diversas circunstâncias da vida, se vê hoje assediada por muitos desafios do mundo moderno: a precariedade, ao qual nos referimos antes, se agrega ao materialismo imperante, a busca do prazer imediato, a influência dos meios de comunicação. Além disso, a enfraquece e a agride com propostas de lei que a equiparam a qualquer convivência debaixo do mesmo teto. A família, o casal e os filhos não são frequentemente a realização de um projeto que juntos planejam e que pouco a pouco, vão construindo, mas sim, o fruto de um *acidente de percurso*. De fato, as pessoas cada vez mais escolhem a convivência e, também no casamento, frequentemente uma das partes ou ambas optam por um estado que poderíamos definir como “celibato no matrimônio”. Como prova disso encontramos uma altíssima incidência de separações e divórcios (uma investigação feita recentemente nos Estados Unidos provou que os casais, nos fins dos anos setenta, tiveram uma probabilidade inferior a 50% de serem marido e mulher). Cresce o número de mães solteiras e dos filhos que vivem fora do contexto familiar que se pode definir como “normal”. Foi diante deste quadro, que Bento XVI definiu “preocupante”, que é necessário indicar caminhos para reforçar a família e para educar as novas gerações na fé católica, como o maior patrimônio que os pais podem transmitir aos seus filhos. O fato de que a família seja uma “ponte de ligação” entre o indivíduo e a sociedade, faz dela a natural antagonista das tendências culturais atuais e por esse motivo se tenta destruí-la.

3. Pertença Profissional – Os efeitos da precariedade influem fortemente na *vida profissional* das pessoas. No mundo do trabalho fala-se justamente da “precariedade do trabalho”, que leva milhões de jovens a não ter um projeto de vida, a diferir continuamente os grandes ritos de transição, desde a saída da casa dos pais até o nascimento dos filhos. A crise ocupacional faz que muitos tenham que aceitar um trabalho ao qual não se sente atraído ou que tenham que abandonar a carreira e tentar ganhar dinheiro em profissões para os quais não se prepararam. Portanto, se sentem estrangeiros e sem raízes na profissão que exercem.

4. Pertença Territorial – Segundo uma recente investigação da Agência Fides sobre as migrações, cento e setenta e cinco milhões de pessoas residem em outro país diferente daqueles em que nasceram. E, se tem em conta que nos países de desenvolvimento residem 85% da população mundial, que tem de viver com 3.500 dólares ao ano per capita, se compreende como os fluxos migratórios representam um fenômeno incomparável. O sentido de pertencer a um determinado território mudou profundamente, não somente pela grande mobilidade cultural e profissional, como também porque as realidades nacionais, as quais em outra época se sentiam profundamente ligados e que representavam um ponto firme da identidade pessoal (sou italiano, sou espanhol, sou inglês), vão se sucedendo entidades supranacionais que se impõem cada vez mais inclusive individualmente, marcas de referência e regras de comportamento que não se fundamentam suas raízes em uma tradição consolidada. Por outra parte cresce a atenção às realidades regionais, em âmbito restringido no qual colocar os próprios interesses e o cuidado dos próprios interesses, quase aos impulsos para a unificação do mundo que se contrapõem para a construção de tantas “pequenas pátrias”, autônomas e auto-suficientes.

O quadro geral é uma precariedade generalizada, do trabalho aos vínculos inter-pessoais, a família, a solidariedade. Não é difícil compreender porque as pessoas não se sentam mais profundamente vinculadas à pátria, à família, ao mundo profissional. E isto com outras conseqüências de índole social:

- ✓ a fragmentação da sociedade: há uma carência de pensamento e de cultura da solidariedade, que é estranha às pessoas nas cidades. Os indivíduos vivem “um ao lado do outro” ou “um contra outro”, não juntos.
- ✓ a escassez do sentido social: a privacidade exagerada cria um conflito permanente entre o bem do indivíduo e o bem comum.
- ✓ a cultura da suspeita: a suspeita e a desconfiança geradas pelo clima de violência, anulam a relação serena e cordial com os outros e são a verdadeira ferida roedora que mina as bases de uma convivência civilizada.

5. Pertença à vida eclesial – O objeto de debate entre a Igreja no mundo já não é mais como antes, um determinado ponto da moral católica, como era nos anos 70, quando se discutia sobre o divórcio, sobre o aborto ou sobre o uso da pílula, mas se aceitava o enfoque cristão da vida. Hoje o debate está dirigido entre visões alternativas e globais do homem e da mulher, da paternidade e da maternidade, da sexualidade e, sobretudo, os caminhos a percorrer para que os homens e as mulheres se realizem na vida e se sintam satisfeitos e felizes. Aqueles que, pelo Batismo, são membros da Igreja católica, de que maneira lhe pertencem e como se identificam com ela? Aqueles que participam da Igreja sem reservas, tem a plena convicção de pertencer à alma da Igreja e de ser membros do Corpo Místico de Cristo. Porém têm aqueles (e talvez seja a maioria) que estão ligados com a Igreja por um fio muito fino, com um sentido de pertença limitado às formas exteriores e quase burocráticas. E, finalmente, há aqueles que vivem somente alguns aspectos da fé, fora de todo tipo de pertença com a Igreja. Na *doutrina sobre alguns aspectos da evangelização*, publicada em 15 de dezembro de 2007, a Congregação para a Doutrina da Fé denuncia justamente a “crise de pertença” à Igreja como um dos temas sobre os quais é necessário estar atento porque racham a consciência originária da tarefa evangelizadora dos discípulos de Jesus.

A Igreja, se bem animada por uma inquebrantável esperança cristã, não esconde sua preocupação frente aos fenômenos que temos sumariamente recordado. Ela está comprometida a dar uma resposta profética aos desafios de nosso tempo. A Igreja sustenta que o único meio de recuperação dos valores autenticamente humanos e cristãos, está na volta dos fiéis às próprias origens e a própria identidade numa ótica cristocêntrica. Disto, derivam três conseqüências;

- o fortíssimo vínculo entre fé e realidade;
- a importância de Cristo na vida diária;
- a atenção constante à correta relação entre a verdade e liberdade.

Para a OFS, a expectativa maior é a de encontrar caminhos através dos quais compartilhe este esforço, esta tarefa descomunal, para qual é necessário uma contínua *volta às origens*, de uma volta às próprias raízes mais autênticas, que seja possível viver o Evangelho e anunciá-lo, sem traí-lo e sem abrandá-lo.

Pertença e Identidade

6. Coincidência Substancial – Para cada uma das pessoas, qualquer reflexão que se faça sobre a pertença, se relaciona estritamente com a da identidade e a pressupõe. Que significa ser homem? Que significa ser mulher? Qual é a relação do sacerdote? Que significa ser religioso (a) em nossos dias? Que significa hoje ser discípulo de Jesus Cristo? O que é bom e fundamental? Para onde estou indo? O que devo buscar na vida para poder chegar à plenitude da existência? A quem pertencço e quem me pertence?

A estreita conexão entre pertença e identidade é uma lei psicológica, porém mais ainda, uma estrutura do ser como tal. Uma coisa para ser ela mesma deve distinguir-se das outras – diria Platão – porque se uma coisa quisesse ser ela mesma e ao mesmo tempo as demais, estaria negando a si próprio. É um princípio lógico. Não há identidade sem pertença e não há pertença sem identidade: são diferentes e, no entanto, estão substancialmente ligadas. Portanto, é óbvio que para falar de pertença é necessário falar de identidade: para ter consciência de si e para distinguir-se do outro.

7. Identidade do franciscano secular – Quem são os franciscanos seculares espalhados por todo o mundo? Qual é sua identidade? Alguns de nós, leigos e religiosos, tivemos a ocasião de conhecer outras realidades da Terceira Ordem. Havia, no passado, grupos muito numerosos. A maior parte das vezes seus membros usavam hábito externo característico, diferentes para os homens e para as mulheres. Em alguns lugares as Fraternidades eram só homens ou só de mulheres e, quando eram mistas, os homens se sentavam de um lado e as mulheres do outro. Na segunda metade do século XX toda a Família Franciscana havia passado por profundas transformações. Em 24 de junho de 1978 os terciários receberam a nova Regra, aprovada pelo Papa Paulo VI. E antes havia acontecido o Concílio Vaticano II, com suas novas acentuações. Os documentos conciliares tiveram uma forte influência nos redatores da Regra Paulina. Houve um período de estudo e de assimilação da nova Regra, voltada para um ponto de referência fundamental na busca da “identidade”. Nos tempos novos era necessário encontrar o caminho de renovação sendo fiéis à tradição. Durante algum tempo, algumas Fraternidades eram constituídas por

leigos, mas com certa nostalgia da vida dos frades e das religiosas, não obstante a insistente chamada a ser verdadeiros instrumentos da ação da Igreja no mundo. Embora as atitudes dos irmãos e das irmãs fossem mudando em direção a um novo modo de serem franciscanos idênticos no essencial, diferentes nas manifestações... A Terceira Ordem Franciscana havia assumido a nova denominação de Ordem Franciscana Secular, justamente porque se queria sublinhar a presença dos leigos franciscanos no mundo; se queria individualizar na “secularidade” a característica mais significativa da Terceira Ordem. Mais tarde, na *Christifideles Laici*, o Papa João Paulo II, evocando a doutrina do Concílio, escrevia: “*A vocação dos leigos à santidade implica que a vida segundo o Espírito se expressa particularmente em sua inserção nas realidades temporais e em sua participação nas atividades terrenas*” (nº 17). Estas orientações se encontram em sintonia com as exigências mais profundas de quem se aproxima hoje da OFS. Não podemos esquecer que os jovens têm suas dúvidas, interrogações e transformações culturais do nosso tempo. O ser humano não vive isolado. Vive em um determinado contexto existencial. Na vida tem uma série de compromissos que deve cumprir, mas a pessoa é muito mais do que demonstra, do que faz ou realiza. Cada pessoa é um mistério.

E agora, para atualizar a reflexão, temos que perguntar-nos: o que significa ser hoje um franciscano secular? O que buscam hoje as pessoas que fazem a Profissão na OFS? Estas perguntas não nos inquietam demasiado porque parece que nossas respostas já estão dadas na vida cotidiana. Tudo parece resolvido: no dia a dia, cada um é aquilo que faz, e cada Fraternidade é o que realiza. Embora, com espírito menos acomodado, nós não deveríamos ficar satisfeitos com esta primeira resposta. Qualquer um pode realizar funções que nós exercemos no mundo, e qualquer associação ou movimento pode realizar o apostolado que nós fazemos, sem necessidade de pertencer a OFS. Quando nos damos conta disto, se abre diante de nós um abismo. Preocupamo-nos, e nossa consciência nos acusa de incoerência e da falta de radicalidade no “seguimento de Cristo pobre e crucificado”, ao estilo de São Francisco. Para nos tranquilizarmos buscamos dar-lhe um *colorido franciscano* àquilo que fazemos (o que faz a Fraternidade): promovemos a devoção a São Francisco, organizamos exposições de artigos franciscanos, encenamos o Trânsito de São Francisco, falamos de São Francisco nos programas de rádio que não é de nossa responsabilidade. Este colorido franciscano, não será talvez uma coisa a mais? Não será que o franciscanismo que promovemos seja uma realidade acidental, secundária, acessória? Em outras palavras: não será que somos profissionais, estudantes, comerciantes, administradores, Ministros da Eucaristia, freqüentadores habituais de grupos paroquiais e, além disso, também franciscanos? Ou melhor, o ser franciscano pertence ao núcleo mais íntimo de nossa identidade pessoal, o centro de nosso ser, a essência mais autêntica daquilo que cada um de nós é?

No início de nossa Regra se encontram os elementos fundamentais do projeto de vida franciscano secular: para o artigo 2, os franciscanos seculares são homens e mulheres que “*impulsionados pelo Espírito, a atingir a perfeição da caridade em seu estado secular, se comprometem com a Profissão a viver o Evangelho à maneira de São Francisco com a ajuda da presente Regra confirmada pela Igreja*”. Pelos documentos atualizados da OFS (Regra e Constituições Gerais) se deduz que a identidade do franciscano secular se expressa em uma *tripla dimensão*: pessoal (a vida interior), fraterna (a corresponsabilidade) e universal (a missão).

8. A vida interior – Num tempo de instabilidade e de oscilações é fundamental chegar ao coração da interioridade para dar consistência aos compromissos e às fidelidades pessoais. Sem a base da interioridade, toda nossa vida se torna flutuante e tudo parece suspenso no ar. Corremos o risco de esquecer-nos do quanto extraordinária é a aventura na qual Jesus nos envolve. Este é o motivo pelo qual nossa Regra (artigo 7) nos lembra que a conversão “*deve atualizar-se cada dia*”. E as Constituições Gerais (artigo 8,2), afirmam que nossa vida deve concretizar-se “*em um caminho continuamente renovado de conversão*”. Existem alguns instrumentos para esta re-fundação da pessoa, que leva ao redescobrimto de nossa identidade e do sentido de pertença. Primeiramente é a formação permanente para despertar a consciência ao novo *ser* franciscano: não é uma história acabada que fica para trás, mas um caminho que exige sempre um novo exercício. A volta às origens da pessoa é feita de pequenos compromissos, que deve levar a um compromisso mais amplo que chamamos “*forma ou programa de vida*”.

Nossa contribuição para superar os problemas que atenuam o mundo e a Igreja, não se realiza transformando-nos em “ativistas”, mas sim em discípulos de oração. Os franciscanos seculares, assim

como os outros cidadãos, devem ter compromisso com a política, competência profissional, promover a solidariedade e a liberdade, dos direitos e da justiça. Mesmo assim o que é especificamente nosso é a oração ao Deus vivo. A dimensão contemplativa permite ir ao mundo com os olhos iluminados pela esperança e pela compaixão. Não há verdadeiro compromisso cristão no mundo sem a oração. Naturalmente, a oração deve ser acompanhada por uma experiência de vida que transforma, que melhora a capacidade de amar e deixa entrever o caminho para a felicidade interior. Em ocasiões diferentes, o Papa Bento XVI insiste no fato de que, antes de qualquer programa de atividades, deve estar a oração, que nos torna livres na verdade e ilumina nosso agir. É muito importante que as Fraternidades sejam escolas de oração, lugares de concórdia, espelhos de caridade e fontes de esperança, de maneira que todos seus membros experimentem a alegria de sentirem-se amados pelos irmãos, e ao mesmo tempo a necessidade de comunicar aos que os cercam a plena felicidade de serem discípulos de Cristo.

9. A espiritualidade do TAU – O sinal externo da pertença/identidade do franciscano secular é o TAU (art. 43 das Constituições Gerais). São Francisco teve para com este sinal uma particular consideração e honra, como símbolo de conversão. Transcrevia nas cartas que enviava, desenhava nas celas que ocupava e repetia nas recomendações “como disse São Boaventura – mostrava seu cuidado ao gravar o sinal do TAU segundo a profecia – sobre as fronteiras dos homens que gemem e sofrem convertidos verdadeiramente a Jesus Cristo”. Quando o usamos, também podemos ser testemunhas e um convite a uma autêntica e apaixonada conversão ao amor de Cristo e a seu seguimento.

Para isto leva nossa vocação e nossa Profissão. Isto é o que quer atestar o sinal exterior do TAU, por meio do qual nos revestimos da “espiritualidade da cruz”. O número 10 da Regra diz: “sigam o Cristo, pobre e crucificado, testemunhando-o, mesmo nas dificuldades e perseguições”. Vejamos também o artigo 10 das Constituições Gerais: “Cristo pobre e crucificado, é o livro nos quais os irmãos, à imitação de Francisco, aprendem o porquê e o como viver, amar e sofrer”. Quando estávamos trabalhando para a atualização das Constituições, veio de uma Fraternidade Nacional um pedido de modo que este artigo fosse suprimido ou modificado porque era demasiado pessimista. Que coisa pode ser mais otimista que dar às nossas dores um valor eterno e universal?

Quem não aceita o mistério da cruz não encontra jamais paz, nem encontrará resposta alguma às eternas perguntas do homem sobre o sentido do sofrimento, da doença, da morte, da incerteza e da existência. Nunca compreenderá o grande amor que se esconde atrás das feridas do Crucificado. Não saberá colocar-se ante as chagas do sagrado estigma, das mãos e dos pés de Jesus como confessou o apóstolo Tomé: “Meu Senhor e meu Deus”; ou com a descoberta de Paulo: “Cristo, que me amou primeiro e se entregou a si mesmo” por mim; ou com a invocação de Francisco: “que eu morra por amor de teu amor, já que te dignaste morrer por amor de mim”. Não há outra explicação para o sofrimento e a dor mais do que dentro de um horizonte de amor.

Na homilia para a canonização de São Pio de Pietralcina (16 de junho de 2002), o Papa João Paulo II afirmava que nosso tempo tem necessidade de “redescobrir a espiritualidade da cruz para retornar a abrir o coração à esperança”. A esperança em um mundo no qual “será enxugada toda lágrima”, mas também a esperança de melhorar um pouco a condição humana neste mundo, tornando-o mais justo e evangélico mediante a prática das virtudes cristãs e das obras de misericórdia.

10. A “lógica do dom” – Estas sintéticas indicações das características da identidade e da espiritualidade do franciscano secular nos conduzem à necessidade de reconsiderar a lógica do dom, de construir a cultura do dom, da Encíclica ‘*Deus caritas est*’ de Bento XVI. O desafio dessa Encíclica nos convida a assumir a luta para reafirmar a primazia da ligação inter-subjetiva sobre o bem doado e a identidade pessoal sobre o necessário, primazia que deve encontrar um espaço de expressão onde quer que seja, em qualquer âmbito do comportamento humano. Realmente a mensagem central da primeira Encíclica de Bento XVI nos leva a pensar sobre a gratuidade, sobre a fraternidade como ponto essencial de referência da condição humana. Em uma sociedade alimentada por um único culto de direito, esmorecida na medida “do que toca”, do que se deve obter da vida, do mundo, dos outros, talvez seja o momento de introduzir “a lógica do dom” que, entre outras coisas, hoje representa um elemento essencial para a interpretação da renovação das dinâmicas sociais.

Para o cristão (e mais ainda para o franciscano), jamais a relação de pura *justiça* bastará, pois esta invoca imediatamente a Fraternidade. A Fraternidade não se esgota no âmbito do EU e TU, mas abrange

toda a obra da criação (Cântico das Criaturas). A esta dimensão polivalente da fraternidade, não é necessário renunciar, se bem, que a perda da singularidade deve ser temida pelo cristão como uma grave perda, tanto mais se deve temer uma privatização daqueles aspectos do cristianismo, que em troca devem considerar-se como colunas que sustentam todo o edifício cristão.

Num recente discurso, o Papa afirmou: *“Com a certeza de que o amor é o estilo de vida que distingue os que acreditam, não canseis de ser testemunhas da caridade ali onde vives”* (Saudação aos peregrinos reunidos na Basílica de São Pedro em fevereiro de 2008).

Pertença como Corresponsabilidade

11. Pertença à Ordem – Nossa pertença à Ordem Franciscana Secular fundamenta-se sobre a Profissão, que é um ato solene no qual nos comprometemos a *“viver o Evangelho à maneira de São Francisco com a ajuda da presente Regra confirmada pela Igreja”* (Regra 2). Sobre a Profissão falou admiravelmente Padre Felice em sua conferência. Ele nos disse, entre outras coisas, que a incorporação que fala o artigo 42.2 das Constituições Gerais: *“indica a inserção em um corpo vivo e a fusão com o mesmo organismo, em que se constitui uma única realidade. A incorporação comporta a transformação de mais realidades em uma só através de um processo de absorção e de assimilação”*.

O “projeto de vida evangélica” delineado por nossa Regra é um projeto a realizar e a viver “em comunhão fraterna”. Talvez devêssemos refletir com maior frequência e mais atentamente a definição contida no artigo 3.3 das Constituições Gerais: *“A vocação à OFS é um chamado a viver o Evangelho em comunhão fraterna. Com essa finalidade, os membros da OFS se reúnem em comunidades eclesiais, que se chamam Fraternidades”* e por sua vez, as Fraternidades são células reagrupadas em uma união orgânica, isto é, a grande família espiritual da OFS, estendida por todo o mundo.

Falando de pertença, é necessário tomar cuidado sobre o risco de “absolutizar” a própria identidade, com orgulho e superioridade que tal atitude comporta. Um aderir-se excessivo e exclusivo à própria identidade pode converter-se em algo patológico. De fato, pode gerar nas pessoas a mesquinhez; nos povos o nacionalismo; nas religiões o fundamentalismo; nas culturas o integralismo, escreve Monsenhor Ravasi, Presidente do Pontifício Conselho para a Cultura.

Por essa razão, em referência à identidade/pertença, devemos sublinhar o sentido de comunhão e de corresponsabilidade. As Constituições Gerais afirmam com ênfase no artigo 30.1: *“Os irmãos são corresponsáveis pela vida da Fraternidade a que pertencem e pela OFS como união orgânica de todas as Fraternidades espalhadas pelo mundo”*. Aqui não se trata de responsabilidade no sentido jurídico, como a que exige os Superiores maiores da Primeira Ordem e da TOR (possuidores do *altius moderamen*) como tampouco a que compete aos Ministros, aos Conselhos e, em geral, aos “animadores e guias”, legitimamente eleitos para o governo das Fraternidades nos seus diversos níveis. Trata-se, de uma *responsabilidade de natureza teologal*: uma comunhão fraterna, de fé e de amor, que tem necessidade de ser alimentada pela oração recíproca, pelo conhecimento mútuo, pela frequência constante.

Em nível mundial de toda Ordem, a corresponsabilidade significa, primeiramente, atenção e disponibilidade quando se tem que indicar os diferentes cargos do Conselho em nível local, regional, nacional e internacional. Requer-se um esforço para conhecer e compreender a realidade da Ordem em outros contextos geográficos e culturais, porque não se pode amar o que não se conhece. Requer-se, finalmente, *“contribuir com os gastos do Conselho da Fraternidade de nível superior”* (Regra 25). Permita-me deter-me por um segundo, sobre este delicado tema para enfatizar a importância, considerado a amplitude e a complexidade dos compromissos que pesam agora sobre os Conselhos Regionais e Nacionais, para poder cumprir plenamente com suas responsabilidades de coordenação e união das Fraternidades Locais e mais ainda, sobre a Presidência do CIOFS que, a nível internacional, deve coordenar, animar, e guiar a OFS, cuidar das relações de colaboração com os outros componentes da Família Franciscana, promover a vida e o apostolado da Ordem, etc, etc (cfr. CCGG art. 73).

12. Pertença à Fraternidade Local – Todos nós sabemos a definição da Fraternidade Local, contida no artigo 22 da Regra: *“célula primeira de toda Ordem... sinal visível da Igreja... comunidade de amor...”*

A fim de especificar estas afirmações básicas, as Constituições Gerais no artigo 30.2 determinam como deve ser vivida a pertença à Fraternidade: “*O senso de corresponsabilidade dos membros exige a presença pessoal, o testemunho, a oração, a colaboração ativa segundo as possibilidades de cada um e dos eventuais compromissos na animação da Fraternidade*”. Não querendo fazer discursos teóricos, penso que seja o momento para dedicar um mínimo de aprofundamento a estas imprescindíveis “exigências” da corresponsabilidade. Portanto, vejamos:

- ✓ *a presença pessoal*, ou seja, a participação freqüente (não opcional) nos encontros da Fraternidade, que não podem ser mais as famosas “reuniões mensais”, e sim “encontros frequentes”, organizados pelo Conselho para estimular cada um à vida de fraternidade e para um crescimento de vida franciscana e eclesial (Regra nº 24);
- ✓ *o testemunho de vida evangélica e de vida fraterna* – como meio de promoção vocacional (Regra nº 23 e CCGG art. 37.3);
- ✓ *a oração*, que é a alma da “comunidade de amor” (Regra nº 8);
- ✓ *a colaboração ativa*, de todos e de cada um, para o bom funcionamento da Fraternidade, para o desenvolvimento dinâmico e participativo das reuniões, para a realização de suas iniciativas caritativas e de apostolado (CCGG art. 53.3);
- ✓ *os eventuais compromissos na animação da Fraternidade*, em particular, quando um irmão se coloca à serviço da Fraternidade (CCGG art. 31.4).
- ✓ *a contribuição financeira*, na medida das possibilidades de cada membro (CCGG art. 30.3), para proporcionar os meios financeiros para a vida da Fraternidade e para suas obras de culto, de apostolado e de caridade.

Porém não basta: a corresponsabilidade compromete a todos os membros a preocupar-se com o “bem estar” humano e espiritual de cada um dos irmãos (CCGG art. 42.4): ninguém deve ser deixado à parte com seus problemas e as suas dificuldades, mas a Fraternidade deve dar ajuda (inclusive material), apoio e alívio.

Finalmente, viver e trabalhar hoje na Fraternidade significa tomar consciência de alguns pontos firmes, como: o encontro com o irmão em sua situação concreta, o acompanhamento de seu crescimento humano, a experiência de oração em suas diversas formas, a educação no compromisso pela construção do Reino e um grau de pertença eclesial que faça perceber o sentido da meta global: o crescimento e a realização do homem novo em Cristo (Regra OFS nº 14).

13. A pluripertença – Um dos maiores obstáculos que se interpõe à corresponsabilidade é a que convencionalmente chamamos de “pluripertença”, é a tendência de alguns franciscanos seculares a pertencer a uma multiplicidade de grupos e associações eclesiais. Não podemos esquecer que “*A vocação à OFS é uma vocação específica, que informa a vida e a ação apostólica dos seus membros*” (CCGG art. 2). Quando o franciscano secular está inserido também em outras associações, a inspiração franciscana, que deveria impregnar sua vida inteira, em cada expressão e manifestação, se dilui e se mistura com outras espiritualidades. Assim, aumentam-se os compromissos, impedindo a observância das obrigações que derivam da vida de Fraternidade.

Os responsáveis pela formação e os Conselhos das Fraternidades deveriam tomar consciência dessas considerações, quando avaliam a idoneidade do candidato à Profissão na OFS.

Pertença e Missão

14. Abertura ao mundo – Na era da globalização, em uma situação multicultural e plurirreligiosa, mas também caracterizada pelo individualismo e ceticismo, a Igreja se encontra, como foi nos primeiros séculos do cristianismo, diante da tarefa de propor aos homens a mensagem de Jesus. O anúncio do Evangelho é um dom gratuito que a Igreja faz ao mundo e aos franciscanos seculares “a ela mais estritamente ligados pela Profissão”, são chamados a anunciar a Cristo “com a vida e com a palavra” (Regra 6). Palavra e testemunho se iluminam reciprocamente: se a palavra for negada pela conduta, torna-

se ineficaz; mas o mesmo vale para o testemunho, quando não é sustentado por um anúncio claro e equivocado. O amor de Cristo, com efeito, deve ser anunciado aos irmãos com os exemplos e com as palavras, com a vida.

O campo da missão é hoje muito vasto: os setores mais marginalizados da sociedade, as comunidades indígenas, os pobres nas zonas urbanas, os imigrantes, os refugiados, os migrantes... O objetivo deve ser aquele que promove a universalidade da mensagem cristã através da presença (que tem o significado do testemunho e diálogo de vida), o anúncio e a oração... Mas evangelizar não é uma prerrogativa daqueles que foram totalmente consagrados e chamados a anunciar a salvação: *“A vocação universal à santidade está estritamente ligada à vocação universal para a missão. Todo fiel é chamado à santidade e à missão”*.

Se for verdade, como de fato é, que uma Igreja que não é missionária trai sua tarefa fundamental, também é verdade que a OFS, enquanto tal, e cada uma das Fraternidades Locais e cada franciscano secular em particular, como “membros vivos da Igreja”, devem “ser testemunhas e instrumentos de sua missão entre os homens”. É necessário, em primeiro lugar, levar o Evangelho às pessoas com confiança. Para isto se requer coragem e disponibilidade para percorrer novos caminhos, vencendo a tentação de ficar entre as pessoas que pensam como nós e dar-se por satisfeito em cultivar nossa pequena horta.

A missão do franciscano secular tem sua raiz na dimensão do ser, na vida segundo os conselhos evangélicos (cf. art. 10, 11, e 12 da Regra), no espírito das Bem-aventuranças do Reino. Seu estilo e sua forma de serviço se adaptam aos talentos e à situação pessoal e familiar de cada um, além das exigências próprias do ambiente no qual está atuando. Seu compromisso apostólico se refere de maneira particular à prática da caridade, a tornar realidade o projeto de reunir em Cristo todas as coisas, ao compromisso com o trabalho e ao exercício responsável da própria profissão, embora não se deva descuidar também da autêntica atividade política. Falando de Santa Catarina de Sena, seu biógrafo escreveu: *“O compromisso com as circunstâncias faz parte da santidade”*.

Também diante dos inéditos e insidiosos desafios postos pela globalização, os cristãos não se resignam a uma economia ou a uma visão da sociedade orientada somente pela eficiência, que se perde ou a um estadismo que sufoca a liberdade ou humilha a pessoa. Em cada país, portanto, é necessário lutar com “iniciativas corajosas” para a afirmação de um Estado que seja verdadeiramente leigo, ao serviço da vida social segundo o conceito tomista do “bem comum”, retomado vigorosamente pelo grande e esquecido magistério de Leão XVIII. Mesmo nos países em que os cristãos são uma minoria e onde não tem nenhum peso político, as virtudes cristãs podem motivar decididamente e ajudar seu povo a aceitar a democracia como modo de vida. Esta deve incluir os mais fracos, aqueles que hoje são marginalizados ou excluídos, e deve incluir também as futuras gerações, às quais devemos entregar um mundo digno de ser vivido.

A cidade e o território são os lugares na qual se pode construir relações autênticas, onde a caridade cristã pode impregnar o funcionamento das estruturas civis. Aos franciscanos seculares se pede, na forma pessoal e comunitária, uma particular atenção entre os mais fracos e as obras de misericórdia: visita aos enfermos, instrução aos analfabetos, o cuidado para com as crianças, a ajuda aos idosos, o consolo aos aflitos... São os compromissos de sempre, praticados pelos irmãos e irmãs da Penitência desde suas origens, embora estas necessidades se apresentem frequentemente em novas formas e requerem que se intervenha também com uma nova modalidade.

Porém cuidado: não confundam o fim com os meios. Os meios são a vida e a palavra, mas o fim é a evangelização (“Vão e anunciem o Evangelho a todos os povos...”) “...Alguns pensam que os projetos sociais tem que ser promovidos com a máxima urgência, enquanto que as coisas que se refere a Deus, ou incluída na fé católica, são mais individuais e menos prioritárias. No entanto, a experiência mostra que a evangelização deve ter a precedência; que é necessário fazer que se conheça, se ame e se creia no Deus de Jesus Cristo... de modo que o progresso no campo social também exista, para que se inicie a reconciliação... A questão social e o Evangelho são realmente inseparáveis” (do discurso do Papa em Ratisbona).

15. Novas formas de intervenção – Já se passaram quarenta anos do Concílio Vaticano II, e, no entanto, a referência ao Magistério conciliar é sempre atual e prometedora com dinamismo intrínseco. Nós somos chamados para projetá-lo e aplicá-lo às novas fronteiras nestes anos, de acordo com uma precisa concepção da pessoa e dos valores que estão ligados com ela: valores que, como tal, se apresentam como

“não negociáveis”, ou seja, não assimiláveis ao processo de secularização e de relativismo que atravessam nossa história.

- As novas formas de intervenção requerem uma *formação política*, através da compreensão e aprofundamento da doutrina social da Igreja. Servirá como guia o “Compêndio” a qual todos os fiéis devem consultar, mas de uma maneira particular aqueles que apostam no compromisso social e no campo político, com aquele ‘plus’ de generosidade, sentido de justiça e do bem comum, que deve caracterizar e atuar como cristão a respeito de uma práxis tantas vezes desligada dos valores humanos e evangélicos. Será necessário também retomar o documento fundamental do Concílio Vaticano II, a ‘*Gaudium et spes*’, e voltar a lê-lo à luz do magistério mais recente, sobretudo a segunda parte da Encíclica de Bento XVI, ‘*Deus caritas est*’.
- A melhor forma da presença do franciscano secular no campo social *é o voluntariado*. O voluntariado não é somente um “fazer”; é, antes de tudo, um “modo de ser”, que parte do coração, de uma atitude de reconhecimento à vida, e impulsiona a “restituir” e a compartilhar com o próximo os dons recebidos... A ação do voluntariado não deve ser vista como uma intervenção “tapa buracos” em relação ao Estado e das instituições públicas, melhor seria uma presença complementar e sempre necessária para dar mais atenção aos mais carentes e promover um estilo personalizado nas intervenções. Não existe, portanto, ninguém que não possa ser um voluntário: inclusive os indigentes e menos favorecidos tem certamente muito que compartilhar com os outros, oferecendo sua própria contribuição para construir a civilização do amor (Bento XVI em Viena, em setembro de 2007).
- Outra forma necessária de intervenção consiste na atenção *aos jovens* que, não tendo mais valores sólidos sobre os quais podem confiar, estão particularmente expostos aos perigos de instabilidade, agravada pelo fato que também o mundo dos adultos dá uma maior importância ao poder que um indivíduo pode exercer ou ao que tem em termos econômicos, do que aos valores como a honestidade e a moralidade, que deveriam nos pertencer e para os quais deveríamos olhar continuamente para sermos verdadeiramente pessoas livres e capazes de escolher. Os jovens de hoje estão sacudidos por fragilidades antigas e novas; junto a estas, no entanto, manifestam grandes potencialidades; expressam paixão, vontade de fazer e a vontade de descobrir, dispostos a concretizar aquela “coragem de viver e de atuar” iluminada pelo amor. Para obtê-lo, necessitam, no entanto, daqueles que possam acompanhá-los na busca do Rosto de Cristo.

Quando falamos de atenção aos jovens não queremos nos referir somente em formar e animar um grupo de jovens franciscanos, atividades para os quais se requer aptidão necessária e predisposição, mas toda a Fraternidade da OFS tem o dever de refletir, discernir e rezar sobre o tema da “transmissão da fé”, para suscitar uma Igreja adulta, capaz de testemunhar o Evangelho no mundo de hoje. É, principalmente com o exemplo que devemos recuperar os jovens à fé e à comunhão eclesial, ajudá-los a adquirir uma maturidade humana e espiritual, para fazê-los descobrir que é servindo os outros com seus dons, que poderão ser mais livres e mais maduros. A estratégia consiste em criar mediações para favorecer o encontro com Jesus, reconhecendo como o Senhor que salva e que dá um sentido pleno à vida de toda pessoa. Do encontro com o Senhor Jesus nascerá o seguimento, com suas exigências de radicalidade, fidelidade, paciência e disciplina.

- *Ecologia* – Com as preocupantes condições de nosso planeta, está se desenvolvendo, em relação aos problemas ecológicos, uma nova sensibilidade: há uma exigência de entregar às futuras gerações um planeta verdadeiramente habitável, na perspectiva oferecida pelo Criador. Surgem novos valores, novos sonhos, novos comportamentos assumidos por um crescente número de pessoas e de comunidades. Princípio fundamental é aquele de salvaguarda da criação, princípio que compromete a todos e cada um. É evidente que o esforço pelo planeta, cada país e cada pessoa em particular, deve contribuir segundo suas possibilidades.

Como franciscanos, além de reforçar nosso compromisso pessoal por um estilo de vida mais sóbrio (Regra art. 11 e CCGG art. 15.3), somos também chamados a construir, junto aos que trabalham na messe do Reino, num mundo globalizado dentro do qual todos podem entrar, onde exista respeito pela criação, amor entre todos e relações justas que, ao menos permita uma vida mais honesta. Assim, pois, levar a sério o cuidado pela criação significa comprometer-se em diversos campos de ação, cada um inter-

relacionado com os outros: desde a eliminação das armas nucleares até uma inversão de rumo no que se refere aos estilos de vida, desde uma restauração de poder político/econômico/militar até a adoção da não violência como modo de viver a relação com a criação e com todas as criaturas.

- *Ecumenismo e diálogo inter-religioso* – No campo ecumênico é essencial convencer-se que o ecumenismo não é assunto dirigido, mas sim um modo de viver a fé e a relação com Jesus, é estar junto a Ele em oração onde todos somos um. Por isso, precisamos nos sentir responsáveis pela comunhão entre todas as pessoas. No campo religioso é essencial o conhecimento, o respeito, a acolhida recíproca, a superação dos prejuízos mútuos de ordem cultural, psicológico e histórico. Temos que convenceremos de que a diversidade, longe de conduzir necessariamente a divisões e rivalidades, leva em si mesma a promessa de um enriquecimento e de uma alegria. A comparação, como indispensável pressuposto do diálogo, se refere à igual dignidade pessoal dos inter-locutores e não aos conteúdos. O cristão quando dialoga não pode esconder ou calar a verdade de sua fé fundada no mistério de Jesus Cristo. Seja na relação com os membros de outras religiões cristãs, seja nas relações com os crentes de outros credos, é necessário, concretamente, aproveitar as ocasiões para orarem juntos (ali onde é possível) e encontrar campos de compromisso comum como a luta contra a pobreza, a paz, a salvaguarda da criação através das questões vinculadas à ética e ao ambiente. No que se refere à justiça social se pode caminhar juntos e em seguida: ‘não é necessário esperar que se desatem os complexos nós de caráter doutrinal’.
- *Missão dos povos* – Hoje a Igreja presta particular atenção ao desenvolvimento dos povos, em especial àqueles que lutam por libertar-se da fome, da miséria e das doenças endêmicas, da ignorância; que buscam uma participação mais ampla nos frutos da cultura, uma maior valorização de suas qualidades humanas; que se movem com decisão até a meta de seu pleno vigor (cf. *Sollicitudo rei socialis, Centesimus annus, Deus Caritas est...*). Faze-o reafirmando com força a exigência de partir da lei moral natural, em aberta contra posição com a lógica relativista dominante nas legislações nacionais e na política internacional. Se não faltam problemas, como a escassez de vocações religiosas, não faltam tampouco os “sinais de esperança” que em cada parte do mundo testemunham uma estimulante vitalidade missionária do povo cristão, com a consciência “de ser todos missionários”, é dizer todos envolvidos, porém de maneiras diversas, no anúncio e no testemunho do Evangelho. Também o compromisso missionário dos franciscanos seculares e das Fraternidades não podem e não devem estar mais limitados à Jornada Missionária mundial ou a uma Jornada missionária franciscana, e nem sequer a um respaldo econômico para as Missões dos frades. É preciso uma perspectiva mais ampla, que compreenda a participação solidária com os povos da terra mediante a denúncia e a luta contra as violações da dignidade das pessoas e contra as graves desigualdades que vem atravessando e que, infelizmente continuam atravessando o mundo contemporâneo.

Conclusão: alguma indicação de tipo operativo

Como, na prática, alimentar o sentido de pertença a uma determinada Fraternidade Secular e a Ordem, em sua totalidade? Não esqueçamos jamais que nossas Constituições, no art. 30.1, afirmam com força que os franciscanos seculares *são membros de uma Fraternidade*, porém pertencem a todas, na vida e na missão.

16. No Plano Local – Cada Fraternidade nos diversos níveis “não só Local, mas também Regional e Nacional”, deveriam ter como objetivo de converter-se seriamente em:

1. Escola de santidade – Os instrumentos da Fraternidade para favorecer em seus membros o desenvolvimento da vida interior são: uma intensa vida litúrgica, sacramental e caritativa, promovendo a organização de retiros espirituais franciscanos com espírito de recolhimento e revisão de vida.

2. Escola de Formação - Para alimentar o espírito de pertença na medida em que a Regra se torna “vida” dos irmãos e irmãs. Verifica-se dessa maneira uma espécie de “assimilação” do espírito da Regra na vida e na história de cada um. Serão reforçados na identidade franciscana aqueles que

procuram conhecer mais os Escritos de Francisco e Clara e as suas antigas biografias. Para tanto os franciscanos seculares devem fazer regularmente uma leitura espiritual das Fontes.

3. Testemunho de comunhão eclesial – É necessário que os franciscanos vivam intensamente seus encontros (por favor, não falemos mais em reuniões mensais) como sacramento da Fraternidade. É essencial que cada um tome a decisão de fazer-se presente na vida dos irmãos: alegrar-se com aqueles que participam, pensar naqueles que não vem, descobrir as razões que possam ter levado alguém a perder a motivação. O Conselho deverá buscar e criar as condições para que os encontros fraternos sejam efetivamente agradáveis, proveitosos e enriquecedores.

4. Participação nas Pastorais da Igreja – Demasiadas vezes os franciscanos seculares tendem afixar-se nas formas tradicionais de desempenho do compromisso apostólico, esquecendo-se que a Regra nos recomenda a *criatividade*. A sociedade tem mudado, a Igreja se renovou e continua se renovando. O Evangelho é sempre o mesmo, porém é preciso que encontremos novos métodos para nos encontrarmos com o Evangelho e com a história.

5. Presença na sociedade à luz da doutrina social da Igreja – Cada Fraternidade deverá interrogar-se sobre as prioridades do próprio compromisso missionário:

- Em que direção se deseja desenvolver?
- Para onde é necessário concentrar as forças disponíveis?
- Como apoiar concretamente as iniciativas propostas pelos níveis superiores?

17. No Plano da Fraternidade Internacional

Seria necessário:

- Intensificar a comunicação horizontal e vertical dentro da Ordem;
- Incrementar o recíproco conhecimento e a mútua estima no âmbito da Família Franciscana;
- Insistir para que as temáticas sociais façam parte dos temas de formação permanente de nossas Fraternidades;
- Contribuir ativamente na obra Franciscana Internacional que se compromete, em nível dos competentes organismos internacionais, para que todos os países tomem as medidas que tendem a garantir que os direitos das pessoas mais vulneráveis sejam amparados e sua dignidade humana seja respeitada;
- Derrubar barreiras e construir pontes para colaborar com os movimentos e instituições que tenham as mesmas metas (CCGG art. 18.3 e 23.1).

Cf. <http://www.ofm.org/ofmnews/?p=1132>

Regra para todos os penitentes, do ano 1221, válida também para os penitentes franciscanos de 1289, ano em que Nicolau IV promulgou a regra própria dos Franciscanos Seculares, conhecida com o nome de *Supra Montem*.